

GRAMÁTICA HISTÓRICA E MUDANÇA LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br

1. Apresentação e síntese do minicurso

Nesta oficina, pretende-se demonstrar que a gramática histórica não é coisa distante no tempo nem no espaço, mas contínua e persistente, tanto geográfica quando cronologicamente.

Relembrados de que a história não parou e que a língua só existe enquanto, quando e onde houver uma comunidade de usuários que se comuniquem por ela, os brasileiros estão sendo conscientizados de que o português brasileiro existe e tem evolução própria, assim como a língua de qualquer comunidade (país, nação, categoria profissional ou nível sociocultural), com as peculiaridades que lhe são próprias.

Neste momento, em que a diacronia linguística está mais valorizada e se toma consciência de sua importância, outras especialidades pertinentes, como a crítica textual (preparando textos fidedignos para documentação de fases anteriores da língua) e a sociolinguística (orientando a política linguística e pedagógica), desenvolvem novas reflexões e atividades.

Essa contribuição múltipla está sendo utilizada no preparo de manuais didáticos para auxiliar os professores já formados quando essa realidade linguístico-pedagógica começou a tomar corpo entre nós. Rosa Virgínia, Ataliba de Castilho e Marcos Bagno, assim como Rosa Borges e Rita Queiroz, além de muitos outros dedicados pesquisadores, vêm mudando a realidade do ensino e dos estudos linguísticos e filológicos no Brasil, mostrando com reflexões e com documentos, o quanto e como a língua muda com o tempo.

O grupo da geolinguística, com líderes regionais em diversos pontos do país, em torno do projeto do Atlas Linguístico do Brasil (com Suzana Alice Marcelino e Jacyra Andrade Mota), vem mostrando a variação linguística com eficiência exemplar, apesar das dificuldades atinentes ao método, completando este quadro dos estudos da diacronia da língua portuguesa nessas localidades.

A evolução da língua continua, aqui e agora, como existiu no passado e continuará no futuro.

2. *História interna (ou gramática histórica) e história externa*

Na tradução de Mário Eduardo Viaro do livro *O Português Brasileiro: Formação e Contrastes*, Volker Noll atribui a Saussure a distinção que hoje se faz entre “os elementos internos e os elementos externos da língua, o que reflete também o fato de os idiomas possuírem uma história interna e uma história externa”, lembrando que é a história interna que “afeta o sistema e as mudanças desse sistema”, enquanto a história externa trata dos “eventos históricos e sociológicos suscetíveis de influírem na evolução da língua”. (NOLL, 2008, p. 261).

3. *O dialeto brasileiro*

Além de haver grande parte de fatos linguísticos conservadores no português brasileiro que já se modificaram no português europeu, vale destacar aqui (porque estamos tratando de evolução e mudança) o que nos apontou em seu artigo “Mudança fônica no português brasileiro: Introdução”, o professor Dermeval da Hora (2010, p. 39):

São [aspectos] inovadores a realização exclusiva de vogais médias fechadas /e/ e /o/ antes de nasal, quando tônicas (*vênia, Antônio*); a elevação e até mesmo redução do /e/ em clíticos (*me, te, se, de*), a vocalização da lateral em final de sílaba (*anel, filtro*), a ditongação em sequências v/S/ (*mesmo, luz, atrás, três, pés*), a epêntese em certos grupos consonantais (*rit[i]mo, ab[i]sorver*), a palatalização das oclusivas alveolares antes de /i/ (*sentir, pedir*), a posteriorização ou até mesmo apagamento da vibrante pós-vocálica (*fazer, pegar, doutor*). [Volker] Noll (2008, [p. 75-76]) acrescenta a esse quadro a vocalização da lateral palatal (*folha > foia, mulher > muier*) e a assimilação total do /d/ após /N/ (*fazendo > fazeno*), traços populares do português brasileiro.¹⁹

No livro *Ensaio de Sócio-História do Português Brasileiro*, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004a, p. 44) lembra que é por motivação interna que se desenvolvem atualmente os estudos histórico-diacrônicos no Brasil, a questão do “português brasileiro, língua oficial majoritária de nosso país”.

Fazem-se, nos tempos que correm no Brasil, estudos histórico-diacrônicos com várias orientações: na direção da sócio-história ou história social; da criolística; da sociolinguística no chamado *tempo real*; da sintaxe diacrônica gerativista; das fonologias não-lineares; do descritivismo interpretativo, necessário como organizador de dados do passado e essencial para análises teóricas subsequentes, e continua a fazer-se crítica textual de documentos do passado, base também necessária como fonte para a recolha de dados confiáveis para estudos histórico-diacrônicos. (*Idem, ibidem*)

Nos seus *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil*, livro concluído nos seus últimos dias de vida e publicado postumamente, Sílvia Elia deixou regis-

¹⁹ Para iniciar o estudo gramatical sistemático do português brasileiro atual, sugerimos a leitura dos livros de Mário Alberto Perini (*Gramática do português brasileiro*), Ataliba Teixeira de Castilho (*Nova gramática do português brasileiro*) e Ataliba Teixeira de Castilho e Vanda Maria Elias (*Pequena gramática do português brasileiro*).

Do ponto de vista contrastivo, algumas obras devem ser vistas para maior aprofundamento do estudo da língua portuguesa, entre as quais apontam-se as seguintes: de Volker Noll, traduzido por Mário Eduardo Viaro (*O português brasileiro: formação e contrastes*), de Clóvis Monteiro (*Português da Europa e português da América: aspectos da evolução do nosso idioma*), de José Jorge Paranhos da Silva (*O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*) e o de Cândido Jucá filho (*Língua nacional: As diferenciações entre o português de Portugal e o do Brasil autorizam a existência de um ramo dialetal do português peninsular?*) entre outros.

trado que, apesar de não terem produzido os resultados esperados, as reivindicações de um estudo aprofundado do português brasileiro não são recentes:

A língua, produto coletivo, teria, pois, suas raízes na alma popular ou nacional. José de Alencar chegou a perguntar retoricamente: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera?” (no prefácio a *Sonhos d’Ouro*, 1872). E em 1888 escrevia Macedo Soares no prólogo do seu então incompleto *Dicionário Brasileiro*: “Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”. (ELIA, 2003, p. 14)

E é importante levarmos em conta as palavras encorajadoras de Ataliba Teixeira de Castilho, em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro*, lembrando-nos de que

A crescente importância do Brasil no cenário internacional mostra claramente que chegou a hora e a vez do português brasileiro. Chegou a hora, também, para que se trace uma vigorosa política linguística para o português brasileiro, ancorada em sua continuada documentação e análise, no estudo de sua história, na melhoria de seu ensino como língua materna e numa grande cruzada em favor da difusão do português brasileiro como língua estrangeira, em que Portugal tem reinado soberano com seu Instituto Camões. A hora é esta. Vamos ajudar os portugueses a difundir a língua. (CASTILHO, 2010, p. 194)

4. *A romanização da Península Ibérica*

Falando da variação como força centrífuga na evolução linguística, Marcos Bagno, em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, lembra que

O poder nivelador da escolarização provoca em muitas pessoas a substituição de usos linguísticos mais estigmatizados por outros que não sofrem discriminação por parte das camadas mais letradas da população. Com isso, as pessoas que receberam educação formal e têm origem em camadas sociais desfavorecidas apresentam modos de falar diferentes dos de seus pais e demais familiares analfabetos ou semianalfabetos. Embora exista, da parte de muitos linguistas e educadores, a persistente declaração de que a escola não deve ‘substituir’ um modo de falar por outro, essa substituição decorre naturalmente da vontade do indivíduo que, ao se ver discriminado (junto com sua comunidade) por seu modo de falar, procura fugir dessa ameaça sociocultural se apropriando das variantes linguísticas de prestígio. (BAGNO, 2011, p. 129)

Essas e outras causas fizeram tão rápida difusão da fala e da civilização romanas na Península Ibérica que, já no século I da nossa era, segundo o testemunho de Estrabão, geógrafo grego que viajou a bacia do Mediterrâneo, “os turdetanos [povo do interior da Península Ibérica] e os ribeirinhos do Bétis [rio que hoje se denomina Guadalquivir] adotaram de todo os costumes romanos e até já nem se lembram de sua própria língua.” (ESTRABÃO, *apud* SILVA, 2010, p. 20-21)

Na *Gramática Pedagógica* de Bagno, podemos ler que

A mudança linguística é um fenômeno complexo que sempre tem desafiado os estudiosos. A primeira reação foi a que comparava a mudança a “ruína” e a “corrupção” da língua. Essa atitude permanece muito enraizada até hoje na maioria das sociedades. Mas já faz um bom tempo que a pesquisa científica acerca da mudança linguística abandonou essas concepções e tem oferecido respostas mais racionais e interessantes para a pergunta sobre como e por que as línguas mudam. (BAGNO, 2011, 123)

Com o que já sabemos até o momento, é possível dizer que *a mudança linguística é um processo social e cognitivo*. Isto significa que dela participam fatores *socioculturais*, decorrentes das dinâmicas de interação dos indivíduos e das populações de uma dada comunidade, e fatores *soci-*

ocognitivos, derivados do funcionamento do nosso cérebro quando processamos a língua que falamos (e fazemos isso a cada segundo), processamento que implica não só o indivíduo, como também os demais com quem ele interage. (BAGNO, 2011, 123-124)

Era apenas uma única língua latina, mas havia o *latim literário*, escrito, cheio de variações estilísticas; e o *latim vulgar*, falado, com vida própria, livre dos princípios rígidos de fonética, morfologia e sintaxe. É essa língua falada que foi se tornando cada vez mais rica e complexa, com as influências recebidas das novas conquistas do Império.

Se uma comunidade é constrangida a falar outra língua diferente da sua, o contato dessas duas línguas provocará mudanças principalmente na segunda língua, devidas à exposição mais ou menos intensa a ela, implicando em uma aprendizagem com maior ou menor grau de proficiência. “O tipo de constrangimento que leva uma população a tentar se apoderar de uma língua diferente também incide nos processos de mudança”. (BAGNO, 2011, p. 123)

Vale a pena acrescentar aqui uma lição de José Carlos de Azeredo em sua *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, quando ensina que

... no papel de meios correntes de expressão e de comunicação, todas as variedades de uma língua são dotadas de estrutura complexa em qualquer fase de sua existência histórica, funcionalmente adequadas aos objetivos interacionais de seus usuários, e permanentemente adaptáveis às novas necessidades de expressão da comunidade.

A mudança na língua é causada por fatores diversos, mas é certo que nenhum deles opera independentemente e que, para que atuem e produzam seus efeitos, é indispensável uma condição: que a língua esteja em uso e integrada no cotidiano dos que a falam. Uma língua não muda ‘de vez em quando’, mas continuamente. Algumas mudanças podem ser notadas em curtos períodos, como o surgimento de certas palavras e o desuso de outras; mas mudanças coletivas de pronúncia e de construções gramaticais são bem mais lentas e praticamente imperceptíveis ao longo da vida de uma pessoa. (AZEREDO, 2008, p. 61)

5. O galego-português e a fixação do português moderno

A língua usada em Portugal no período arcaico ainda não é o português propriamente dito, mas o *galego-português*, cujo domínio se estendeu da Galiza ao Algarve. Posteriormente, as diferenças dialetais foram-se acentuando e as duas línguas ganharam formas próprias, até que no começo do século XVI, com a publicação das duas primeiras gramáticas e com a publicação de *Os Lusíadas*, o português adquiriu as linhas definitivas. (SILVA, 2010, p. 32)

No tópico sobre *diacronia na sincronia*, Marcos Bagno lembra que a língua evolui diferentemente em cada comunidade e que essas diferenças dependem da história de cada uma delas. Por isto é previsível que em certas comunidades “as pessoas falem de um modo que se distancia grandemente das variedades urbanas e que empreguem palavras e expressões antigas que já não são empregadas pelos falantes urbanos, além de também usarem formas novas, desconhecidas das demais comunidades”. (BAGNO, 2011, p. 121)

6. Fontes de estudo da língua falada em passado remoto

Até mesmo de passado relativamente recente, é impossível o acesso a documentação sonora de uma língua, porque os processos de registro sonoros surgiram no final do século XIX. Por isto, os diálogos do teatro romano, por exemplo, constituem fonte inestimável para o estudo das tendências do latim falado. Imitando a fala do povo, assim como ocorria no passado, certos autores procuram reproduzir a língua falada de sertanejos, imigrantes e de pessoas incultas, em revistas, comédias ou em farsas.

As mudanças linguísticas ocorrem, naturalmente, entre as gerações de falantes, mas também se processa através da variação entre as classes sociais. Normalmente, uma forma inovadora emerge na fala dos indivíduos das classes mais baixas da sociedade e vai subindo na escala social até ser incorporada pelos falantes das camadas mais altas.

Essas mudanças linguísticas só se completam quando se instalam nas camadas mais altas da comunidade, momento em que a inovação passa a ser a forma de prestígio e a forma antiga é que começa a ser desprestigiada.

É muito comum que a forma inovadora, quando ainda está restrita aos falantes de menor prestígio social, sofra uma avaliação negativa por parte dos grupos socioeconômicos dominantes. Quando essa *avaliação* deixa de ser negativa, é porque parou de ser condenada como “erro” e se tornou plenamente aceita (BAGNO, 2011, p. 132)

7. Tendência para o uso das formas perifrásticas

A tendência para o uso das formas perifrásticas correspondia ao desejo de expressar de modo claro as relações que a língua clássica exprimia muito concisamente por meio de sínteses gramaticais. (SILVA, 2010, p. 44)

Isto continua na língua portuguesa, como em outras línguas românicas e não românicas, como o francês e o inglês. Por isto é que as formas sintéticas, marcadas pela flexão, começam a ser substituídas pelas formas analíticas, em que as categorias de número e pessoa passam a ser marcadas pelos pronomes pessoais. Exemplos: falavam > eles falava, falamos > nós fala ou a gente fala.

8. Alterações fonéticas ou metaplasmos

Seja qual for o metaplasmo, sempre se deve ter em conta que a transformação que se verifica em um fonema é:

a) inconsciente e, portanto, não é efetuada deliberadamente. Por exemplo, quando alguém, entre nós, diz *ocê*, em lugar de *você*, não deliberou suprimir o fonema inicial do pronome e nem perceberá que o faz.

b) gradual, resultando de uma série de transformações sucessivas e, às vezes, muito lentas. Por exemplo, esse referido pronome *você* resulta da transformação de *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *vossê* e, finalmente, *você*, que já está se modificando para *ocê* e *cê*, na língua oral e oralizada.

8.1. Apócope

Apócope é o desaparecimento de fonema no final da palavra. Note-se que algumas apócopies são encontradas apenas em expressões estereotipadas.

No Brasil, o tratamento dado ao [r] de final de palavra se faz preferentemente por *apócope*, isto é, por queda da consoante: [kã'ta], [be'be], [su'bi], [profe'so] etc. Uma vez que a alternância da sílaba tônica (junto, em alguns casos, com a alternância de vogal alta e vogal baixa) já permite distinguir o infinitivo do verbo conjugado, o [r] pode ser dispensado para a identificação do infinitivo. Compare: presente ['abri] – infinitivo [a'bri], presente ['fala] – infinitivo [fa'la], presente ['kãta] – infinitivo [kã'ta], presente ['ovi] – infinitivo [o'vi], presente ['sabi] – infinitivo [sa'be], presente ['vivi] – infinitivo [vi've]”. (Cf. BAGNO, 2011, p. 148-149, transcrito com adaptação).

Mário Alberto Perini, tratando da apócope do /R/ final também lembra que quando ele é “parte de uma forma verbal, é normalmente omitido, de maneira que *partir* e *parti* se pronunciam da mesma maneira”, acrescentando que

Essa omissão não é característica da fala “inculta”, mas é universal no Brasil, em todas as regiões e todas as classes sociais. O r final só é pronunciado em falas muito formais (como em um discurso em público), ou quando citando diretamente a palavra, como em *o verbo amar*.

Quando não pertence a uma forma verbal, o r final no Sul e Sudeste é pronunciado, mas no Nordeste é geralmente omitido; assim, *amor* tem r final no Sul, mas termina em vogal no Nordeste. (PERINI, 2010, p. 344)

8.2. Epêntese

Epêntese é o desenvolvimento de fonema no interior da palavra.

A epêntese possui uma modalidade que é o *suarabácti* – intercalação de uma vogal para desfazer um grupo de consoantes: *planu* > *prão* > *porão*, *blata* > *brata* > *barata*, *advogado* > *adevogado*, *obter* > *obiter*, *optar* > *opitar*.

Segundo Bagno (2011, p. 153), “A epêntese é muito frequente no português brasileiro para a eliminação de hiatos em muitas variedades: *boa* [‘b^oua], *coroa* [co’roua], à *toa* {a’t^oua} etc. [...]”.

É frequentíssima a epêntese do [i] no português brasileiro entre uma vogal e um [s] em final de palavra, pronúncia que não sofre estigmatização; ao contrário, é tão corrente que os falantes das variedades que não a fazem são logo reconhecidos como provenientes de determinadas regiões (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, por exemplo): arroz [a’hois], dez [d^eis], fiz [fiis], mas [mais], nós [n^ois], pôs [p^ois], voz [v^ois]. (*Idem, ibidem*)

Como hiperurbanismo também ocorre o acréscimo de uma semivogal ao numeral *doze*, por exemplo, pronunciado como *douze* por algumas pessoas, no Rio de Janeiro.

8.3. Paragoge

Paragoge é o desenvolvimento de fonema no final da palavra. Em algumas variedades menos difundidas, principalmente em Minas Gerais, ocorre este acréscimo de vogal à consoante final, como em [sɔli] para sol; [pa'peli] para papel; [mali] para mal etc. (Cf. BAGNO, 2011, p. 148).

8.4. Vocalização

Vocalização é a passagem de uma consoante a semivogal.

Mesmo sendo reduzido o número de consoantes que podem ocorrer em final de palavra – apenas três: [l], [r], [s] [...] –, elas sofrem forte pressão para não ocupar esse lugar ou, então, para se transformar em vogais. O [l] na grande maioria das variedades do português brasileiro já se vocalizou completamente em [ʊ]: *mal* [maʊ], *mel* [mɛʊ], *mil* [miʊ], *gol* [goʊ], *sul* [suʊ]. (BAGNO, 2011, p. 148).

No interior de Minas Gerais ainda ocorre a vocalização do -r pós-vocálico em palavras como *porco* > *poico*, *corpo* > *coipo*, apesar de ser bastante restrita e discriminada. É provável que se trate de uma evolução do r retroflexo do dialeto caipira.

8.5. Crase

Quando a crase se dá pela junção da vogal final de uma palavra com a vogal inicial de outra. Na formação de expressões compostas, recebe o nome especial de **sinalefa**: *outra + hora* > *outrora*, *de + este* > *deste* etc.

Veja neste causo mineiro: *galinhassada* < *galinha assada*, *prassá* < *para assar*.



8.6. Nasalização

Nasalização é a transformação de um fonema oral em nasal. Pode ocorrer em virtude da influência de uma consoante nasal próxima (*m, n*), ou por analogia.

Em sua *Gramática Pedagógica*, Marcos Bagno diz que

A pronúncia [‘lũa], com seu *u* nasal, representa a conservação de uma pronúncia medieval, atestada até por escrito, com til sobre *u* e tudo, em textos provenientes dos séculos anteriores à chegada dos portugueses ao Brasil. Na formação do galego, o *n* intervocálico de palavras como *lana, luna, leona, corona, arena* sofreu sincope, isto é, ‘caiu’, mas antes de desaparecer transferiu seu traço nasal para a vogal anterior a ele; assim, encontramos em textos medievais as formas *lãa, lũa, leõa, corõa, arẽa*. Mais tarde, os hiatos resultantes da queda do *n* vão ser eliminados, como no caso de *lã* e *areia*, ou vão permanecer, perdendo no entanto, a nasalidade: *lua, leoa, coroa*. Como é fácil perceber, os falantes que dizem [‘lũa] conservam uma pronúncia que sem dúvida estava presente na fala dos primeiros colonizadores portugueses. Embora a pronúncia [‘lũa] esteja hoje restrita a comunidades rurais do interior do Nordeste [principalmente], nessa mesma região, nas zonas urbanas e na fala de cidadãos mais letrados, é comum ocorrer pronúncias como [‘ũa] (*uma*), [‘vêa] (*venha*), [‘têa] (*tenha*), como hiato, e que conservam a pronúncia anterior ao surgimento da consoante [ɲ], o que pode levar a crer que essa era a pronúncia vigente entre os primeiros portugueses que chegaram por aqui. (BAGNO, 2011, p. 119-120):

Podemos dizer, neste caso, que essa realização nasalizada não corresponde a uma alteração fonética, mas a manutenção de um estágio anterior, que resistiu na forma do português medieval ou galego-português.

8.7. Desnasalização

Desnasalização é o desaparecimento da nasalidade de um fonema. Por exemplo, na formação do português, é frequente, em certa época, a queda do *n* intervocálico, que transmite a nasalidade à vogal anterior; nasalidade esta que pode desaparecer depois.

Veja em Bagno (2011, p. 155), No tópico que trata de *economia linguística*, mais especificamente, da desnasalização das vogais e ditongos nasais postônicos e monotongação desses ditongos, Marcos Bagno lembra que, assim como caiu a consoante nasal que marcava o acusativo singular no latim, a pronúncia de uma nasalidade depois da sílaba tônica seguiu essa tendência da economia linguística, de modo que é muito comum o desaparecimento dessa nasalidade, como acontece na pronúncia de palavras como *cantaram* [kã’tarãu] > [kã’taru]; *falaram* [fa’larãu] > [fa’laru]; *fizeram* [fi’zerãu] > [fi’zeru]; *homem* [‘õmẽi] > [‘õmi]; *ontem* [‘õtẽi] > [‘õtɕi]; *bobagem* [bo’baʒẽi] > [bo’baʒi] etc.

8.8. Palatalização

No caso da palatalização, os mesmos falantes que pronunciam [‘lũa] apresentam uma inovação, que é “a pronúncia [i] para o que escrevemos com *lh*, como *trabalho* que esses falantes pronunciam [tra’baiu]” (MAGNO, 2011, p. 120), na mesma direção que tomou o espanhol andaluz e peruano, e o francês.

Essa e outras transformações ocorridas em outras línguas mostram que há razões de ordem articulatória para a evolução da consoante palatal [ʎ]. Por isto, pode-se concluir que “A pesada carga de discriminação que incide no Brasil sobre os falantes que pronunciam [tra’bairu], [‘paia], [a’beia] etc. é de ordem estritamente social e nada tem a ver com alguma suposta incapacidade dessas pessoas de *falar direito*”. (*Idem, ibidem*)

8.9. Monotongação ou redução

É a simplificação de um ditongo em uma vogal, como em *lucta* > *luita* (arc.) > *luta*, *auricula* > *orelha*, *graixa* > *graxa*, *cuitelo* > *cutelo*, *luito* > *luto* e *pluvia* > *chuvia* > *chuva*.

No caso da variação linguística que ocorre atualmente em palavras como *ameixa* > *amexa*, *beijo* > *bejo*, *queijo* > *quejo*, *cabeleireiro* > *cabelerero*, *cheirei* > *cherei* e *beirada* > *berada*, onde os ditongos são monotongados, pode-se concluir que é a presença de uma consoante palatal (ʎ e ʒ) ou de uma vibrante simples (r) que a favorece, visto que “Diante de outras consoantes ou em final absoluto de palavra, o ditongo [ei] conserva sua semivogal”. (BAGNO, 2011, p. 130)

8.10. Rotacismo

O rotacismo consiste na substituição da consoante lateral [l] pela vibrante [r], nos encontros consonantais *bl*, *cl*, *gl*, *pl*, como se pode ver em *blata* > *brata* > *barata*, *clavu* > *cravo*, *gluten* > *grude*, *plaga* > *praia*, *platta* > *prata*, *plica* > *prega* etc.

Esta variação é das mais estigmatizadas no português brasileiro, apesar de estar presente nos melhores clássicos de nossa literatura. Assim, “Na obra de Camões (século XVI), encontramos *frauta*, *frecha*, *ingrês*, *pranta*, *pruma* etc.” (BAGNO, 2011, p. 156), assim como em muitos outros autores.

9. A ortografia e a fonética histórica

No livro *Português Brasileiro?*, Marcos Bagno nos alerta para o fato de que erro de ortografia não é erro linguístico, mas erro de escrita, porque ortografia, rigorosamente, não faz parte da gramática, já que a língua se realiza na forma oral. A escrita é mera tentativa de representar a língua, inclusive, com regras que não representam a sua oralização.

A ortografia foi um *artifício* inventado pelos seres humanos para poder registrar por mais tempo as coisas que eram ditas. A ortografia oficial, em todos os países, é uma decisão *política*, é uma lei, um decreto assinado pelos que tomam as decisões em nível nacional. Por isso, ela pode ser modificada ao longo do tempo, segundo critérios racionais e mais ou menos científicos, ou segundo critérios sentimentais, políticos e religiosos. (BAGNO, 2002, p. 28)

Agora, com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa que está sendo implementado, algumas simplificações foram importantes, como a eliminação do trema, do acento nos hiatos finais *oo(s)*, *eem* e alguns outros que não se justificavam.

Vale apenas lembrar, no entanto, que também pode acontecer de a ortografia ser causa de alguma evolução fonética, apesar de serem raríssimos os casos em que isto ocorre. Os dois casos mais comuns que costumam ser apontados são a reconstituição fonética do grupo [gn], que já se havia evoluído para [n] ao final da Idade Média, como se pode ver nas principais obras do início do século XVI (digno > dino, benigno > benino, signo > sino etc.) e o desenvolvimento de uma consoante /m/ na formação do feminino de palavras terminadas em [ũ], de modo que

... a pronúncia da consoante *m* na palavra *uma* é decorrência exclusiva de sua forma escrita: sendo o masculino *um* [ũ], o feminino natural é [‘ũa], como é a pronúncia corrente entre falantes de algumas variedades regionais (e também em galego), mas por caprichos da ortografia, o feminino se formou com o acréscimo de um *-a* à forma do masculino, em que o *m* é só um índice de nasalidade da vogal e não uma consoante. Disso resultou a pronúncia [‘uma], calcada na ortografia. Como se pode ver, a fixação da escrita, mesmo agindo como força centrípeta contra as mudanças, acaba provocando mudanças imprevistas. (BAGNO, 2011, p. 126-127)

10. Diferenças sociais nas formas divergentes

As diferenças sociais resultaram do interesse que as classes cultas sempre mostraram por um vocabulário mais rico e mais próximo das origens da língua. Era bastante natural que um letrado, um jurista, fosse buscar no latim o vocábulo *legítimo* (de *legitimus*) para indicar *aquilo que está de acordo com a lei*, uma vez que a evolução dessa palavra, quando da sua primeira entrada na Península, resultou em *lindo*, palavra que não têm, nem de longe, o sentido de *legítimo*. O mesmo aconteceu com centenas de outras palavras e só assim se explica que ao lado de formações populares como *olho*, *agosto*, *lealdade*, *logro*, *caldo* e *solda*, e tantas outras, existam as formas eruditas de *óculo*, *augusto*, *legalidade*, *lucro*, *cálido* e *sólida*. (Cf. SILVA, 2010, p. 110)

No português brasileiro, por exemplo,

Os aspectos linguísticos mais estigmatizados pelos falantes urbanos cultos ocorrem nos modos de falar de negros, índios, mestiços e brancos pobres: a restrição das regras de concordância nominal, simplificação do paradigma verbal, a rotacização de [l] em encontros consonantais (*pranta*, *crima*, *ingrês*) ou em travamento silábico (*fí[r]me*, *fa[r]ta*, *cu[r]pa*), a lambdacização, velarização ou vocalização de [r] em travamento de sílaba (*gaufo*, *te[ʋ]ça*, *ce[ʋ]veja*), a deslateralização da consoante [ʎ], que se vocaliza (*traba[i]o*, *pa[i]a*, *abe[i]a*) etc. (BAGNO, 2011, p. 146)

11. Vestígios do gênero neutro em português nas formas de pronomes demonstrativos

Comentando o quadro em que Claudia Roncarati (2003, p. 143) registrou o uso do demonstrativo em 1980 e em 2000 na fala do Rio de Janeiro, Bagno destaca que

... o antigo sistema ternário do português clássico – *este/esse/aquele* – virtualmente desapareceu na variedade estudada, tendo sido substituído por um sistema binário – *esse/aquele* – que compensa a perda do *este/isto* combinando os demonstrativos com advérbios de lugar: *esse aqui*, *esse aí* / *isso aqui*, *isso aí*, combinação que também se faz com *aquele*: *aquele ali* – *lá* / *aquilo ali* – *lá*. O que vale para a variedade carioca falada também vale para todo o português brasileiro falado no Brasil e já tem ampla repercussão nos gêneros escritos monitorados, de modo que é certo dizer que ocorreu uma mudança, já plenamente instalada, no sistema demonstrativo da nossa língua. (BAGNO, 2011, p. 123)

Em relação a este fato, José Carlos Azeredo (2008, p. 248) também tratou em sua *Gramática*, de forma semelhante às reflexões de Roncarati e de Bagno.

12. Sistema verbal latino

Na formação da língua portuguesa, é importante considerar o que diz Bagno (2011, p. 164) em sua *Gramática Pedagógica*:

A eliminação da redundância no caso da concordância verbal é bastante clara: em vez de indicar a pessoa duas vezes, com o índice pessoal e com a flexão, o princípio da economia linguística se aplica, restringindo a indicação morfológica somente a um dos elementos do sintagma. É importante notar que, na comparação entre diversas línguas, a perda das marcas de flexão com o correspondente uso do índice pessoal-sujeito de maneira obrigatória parece ser predominante. Para muitos linguistas, o processo é clítico, já que as marcas de pessoa e número podem ser resultantes da aglutinação de pronomes muito antigos que, pelo processo de gramaticalização, perderam sua autonomia lexical e se tornaram morfemas. (BAGNO, 2011, p. 164)

Note-se ainda que houve mudança de conjugação dentro da própria língua portuguesa. Ex.: *cadere* > *cadere* > *caer* (arcaico) > *cair*; *corrighere* > *corrighere* > *corregere* (arcaico) > *corrigir*.

Veja também, no português brasileiro de diversas regiões, a formação de um verbo de primeira conjugação a partir do verbo “*pôr*”, que passa à primeira conjugação, na forma *ponhar*, em que a analogia com *sonhar* é bem clara: “a regra aqui, portanto é: *sonho* está para *ponho*, assim como *sonhar* está para *ponhar*. Com isso, o verbo *pôr*, com seu infinitivo peculiar, altamente irregular, se torna regular”. (BAGNO, 2011, p. 189).

13. Desaparecimento de tempos

O latim vulgar impôs transformações profundas à conjugação latina, levando ao desaparecimento de inúmeros tempos, tanto no *infectum* como no *perfectum*.

Trazido para terras brasileiras, esse paradigma passou por várias mudanças. Uma das mais importantes, segundo os pesquisadores, foi a generalização do uso do pronome *você*. Outras mudanças foram o desaparecimento total das formas correspondentes a *vós*, a introdução do pronome *a gente*, o emprego das formas *o senhor/a senhora* como marcas de tratamento respeitoso. Com isso, uma forma verbal como *falava* poderia corresponder a *eu, você, ele, ela, a gente, o senhor, a senhora*. Assim, do mesmo modo que ocorreu em francês e inglês, o português brasileiro começou a se tornar uma língua em que o sujeito do verbo tem que ser enunciado, na forma de um nome ou de um índice pessoal. Essa tendência se generalizou ainda mais, de modo que, mesmo entre os brasileiros que usam o pronome *tu*, a forma verbal mais frequente é a que corresponde à não pessoa: *tu canta, tu cantou, tu cantava* etc., como se verifica no Rio Grande do Sul, por exemplo. Nas variedades em que ao *tu* correspondem as formas do português clássico (como no Maranhão e no Pará), existe uma acirrada concorrência entre *tu cantas* e *tu canta*. Nas variedades que tiveram sua origem histórica nas situações de *contato* entre línguas africanas e o português, o paradigma da conjugação passou por mudança ainda mais radical, já que as flexões, no presente do indicativo, se reduziram a duas: uma para *eu* e outra para *não eu*: **EU falo**, (tu, você, o senhor, a senhora, ele, ela, a gente, nós, vocês, eles, elas = **NÃO EU) fala**. (BAGNO, 2011, p. 162-163).

Nas línguas românicas predominam essas locuções verbais, notando-se que na fase final do latim vulgar o verbo auxiliar é proposto ao infinitivo, *cantare habeo*, daí em por-

tuguês cantarei. Analogicamente é formado o futuro do pretérito. Do mesmo modo que se dizia *habeo dicere* tenho a intenção de dizer, assim também se podia expressar *habebam dicere* tinha a intenção de dizer, donde em português: *cantare habebam* > cantaria.

Na língua falada, o futuro do pretérito também é quase totalmente eliminado, sendo amplamente substituído pelo *imperfeito do indicativo*, principalmente em expressão de hipóteses:

“Se eu tivesse condições, *comprava* um carro novo”, em lugar de *compraria*. A forma *gostaria* sobrevive como item cristalizado, estereotipado. Como o uso da mesma forma verbal se distribui por contextos semântico-pragmáticos bem delimitados, não há risco de ambiguidade na interpretação dos enunciados: “Você *podia* me ajudar a limpar a sala?” / “Naquela época você não *podia* imaginar que ele era tão mesquinho”. Cabe também observar que a expressão do *futuro do pretérito* se faz com muita frequência por meio de uma forma composta com o emprego do auxiliar *ir*: “Se você experimentasse, tenho certeza que *ia gostar* de bacalhau”. (BAGNO, 2011, p. 167)

14. *Fatos devidos à analogia*

Estudando a *analogia*, o Professor Sousa da Silveira (1983, p. 295) define-a como sendo “uma força que atua, ou transformando uma coisa para a pôr de acordo com outra com a qual tem relação real ou suposta, ou criando uma forma nova de conformidade com um tipo ou paradigma”.

Não por acaso, as formas irregulares que sobrevivem por mais tempo são precisamente aquelas mais usadas e usadas com maior frequência e que, justamente por isso, resistem aos processos de regularização paradigmática. É o caso, por exemplo, dos verbos mais empregados em português brasileiro (e em todas as línguas): *ser, ter, dar, ir, ver* etc. O próprio fato de serem palavras curtas demonstra sua alta frequência de uso, pois quanto mais uma palavra é usada (sobretudo quando passa pelo processo de gramaticalização) mais tendência ela apresenta de, ao longo do tempo, se contrair (confira *Vossa Mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você* > *ocê* > *cê*). (BAGNO, 2011, p. 188)

15. *Deslocamento da acentuação em formas verbais*

A acentuação tônica na 1ª e na 2ª pessoas do plural, do *imperfeito* e do *mais-que-perfeito* do indicativo, bem como do *imperfeito* do subjuntivo, em português, recuo da penúltima sílaba para a antepenúltima, ocorre por analogia com a tonicidade das três pessoas do singular dos mesmos tempos.

Neste ponto, é importante lembrar que

A economia de recursos também incide sobre o domínio dos *tempos verbais*. Diante da existência de dois *pretéritos mais-que-perfeitos*, um simples e um composto, os falantes abrem mão do simples e empregam, na interação oral, exclusivamente o tempo composto, de modo que formas como *fizera, faláramos, conhecêramos, perdoara* etc. nunca ocorrem na fala espontânea, a não ser com objetivo humorístico. Além disso, diante da possibilidade de uso de dois verbos auxiliares para a formação do *mais-que-perfeito* composto, os falantes dão preferência a *ter*, de uso mais amplo do que *haver*, reservando *haver* para gêneros escritos mais monitorados ou para eventos de fala formais ou “hipercorretos”. (BAGNO, 2011, p. 167)

16. *Femininos analógicos*

A partir do século XV, fez-se sentir a ação da analogia em adjetivos uniformes, passando a formar o feminino com o acréscimo da desinência *a*: *pastor, pastora; senhor, senhora; espanhol, espanhola; português, portuguesa*.

É esta mesma regra que leva os brasileiros a atribuir o gênero feminino à palavra *grama*, aplicando-se a mesma regra que já foi aplicada aos adjetivos.

No caso de *grama* (unidade de medida), que no português brasileiro é exclusivamente do gênero feminino, a analogia se deu com todas as incontáveis palavras terminadas em *-a* que são do gênero feminino. Por ser uma palavra usada com altíssima frequência, foi conduzida pelos falantes à lista das palavras femininas do léxico da língua. Observe que outras palavras de origem grega terminadas em *-ama*, mas de uso bem mais restrito, não sofreram o processo analógico: *o programa, o telegrama, o panorama, o anagrama* etc. (BAGNO, 2011, p. 190)

Até gramáticos e linguistas são levados a agir analogicamente em casos que não se justificam, como é o que trata da expressão de gênero dos substantivos, que não é uma flexão, já que flexão é a alteração que sofrem as palavras para concordarem com outras. Como o substantivo é a base com a qual os seus determinantes concordam, o gênero já é imanente nele, independentemente de sua terminação.

Raciocinando assim, fica claro que *gato* é uma palavra e *gata* é outra, assim como *homem* é uma palavra e *mulher* é outra, pois significam coisas diferentes e não se trata de flexão sofrida para concordar com outra.

17. *Diferenças fonéticas*

Limitamo-nos a apreciar as principais diferenças fonéticas, uma vez que o presente trabalho, de orientação didática, não comporta o estudo profundo de minúcias.

Citando Serafim da Silva Neto (1963, p. 165), Silvio Elia ensina que:

... a pronúncia brasileira, em geral, repousa sobre um sistema fonético muito antigo e de aspecto urbano (o que vale dizer, sem regionalismos), pois, como se viu, ela não apresenta, por exemplo, nem as antigas africadas, nem as apicais, que muito provavelmente já não existiam ou estavam em franca desagregação nas principais cidades portuguesas nos séculos XVI e XVII. (SILVA NETO, *Apud* ELIA, 2003, p. 53)

Citando Gonçalves Viana, no entanto, esclarece o mesmo Silvio Elia:

Ora, os falares brasileiros, ao contrário do que poderia supor-se e já se tem dito, não representam, em grande maioria de casos, na sua pronúncia, um português arcaico do continente, que aí persista em estado de boa conservação; mas esse português, modificado na boca de estrangeiros no sentido de menor complexidade da sílaba e da sua mais clara enunciação e delimitação, adquiridas essas qualidades à custa da rapidez e da fluência da loquela, tão peculiares, hoje pelo menos, do português falado na Europa. (VIANA, *apud* ELIA, 2003, p. 53).

18. Diferenças sintáticas

Na linguagem brasileira, há diferenças sintáticas que não costumam ser referidas porque só existem no falar do povo sem cultura, assim como a simplificação da concordância nominal.

Quanto ao [s] final, que ocorre sobretudo na sua forma de morfema de plural, sua supressão é muito frequente nos sintagmas nominais, em que a marca de plural se fixa no determinante, de modo que o [s] se torna de fato uma consoante de final de sílaba numa dupla de palavras que constituem uma só: *as casa* [as 'kaza], *as outra* [a 'zotra], *os prato* [us 'pratu], *os home* [u 'zõmi] etc. Essa economia articulatória corresponde também a uma economia de recursos morfológicos: a eliminação das marcas redundantes [...]. Convém lembrar que a regra de concordância “marque o plural somente no determinante” ocorre na fala de todos os brasileiros, independente de sua origem rural ou urbana, mais ou menos escolarizados etc. O que distingue o uso de mais ou menos marcas de concordância é a frequência de sua realização: os falantes urbanos mais letrados tendem a fazer mais concordância e em situações comunicativas mais monitoradas; mesmo assim, essa concordância nunca chega a 100% dos casos. Outro caso de supressão do [s] é na flexão verbal de 1ª pessoa do plural: mesmo os falantes urbanos letrados, em situações de interação mais distensas, tendem a suprimir o [s] da terminação *-mos*, de modo que pronunciam [vi'z~emu], [kã'tãmu], [ka'ĩmu], para o que se escreve *fizemos*, *cantamos*, *caímos*. Muito comum também é a forma [vãmu], *vamos*, para a formação do imperativo na 1ª pessoa do plural no português brasileiro. Por fim, vamos lembrar as variedades rurais e urbanas em que o [s], mesmo que não sendo marca de plural, desaparece após a inserção de uma semivogal [i]: *luz* [lui], *mês* [mei], *vez* [vei] etc. [BAGNO, 2011, p. 149]

É o caso, entre outros, do emprego do pronome de terceira pessoa, *ele(s)*, *ela(s)*, como objeto direto: *Vi ele*, *Encontramos ela* etc.

Veja em Bagno, tratando das *visões científicas da mudança*:

Em todas as variedades do português brasileiro, incluindo as dos falantes urbanos altamente letrados, as construções com verbos acusativos e sensitivos se realizam de um modo inovador, que diferencia o português brasileiro de todas as outras línguas da família românica. No lugar dos pronomes oblíquos (*me* e *o* principalmente), empregamos os pronomes do caso reto: *deixa eu falar*, *vi ele entrar*, *espera ela chegar*, *o diretor mandou eu refazer o relatório* etc.²⁰

Por outro lado, o português brasileiro, incluindo as variedades urbanas cultas, também apresenta traços conservadores que diferenciam *ele*, por exemplo, do português europeu, como o uso de *ele* na função de objeto direto [...]. Esses mesmos usos ocorrem no português angolano e moçambicano, o que indica que também ocorriam no português europeu antigo. O abandono de *ele* como objeto direto [...] representa uma inovação que se deu no português europeu e só lá. Textos medievais comprovam que nessa língua esses usos também já foram comuns. Como, infelizmente, a norma-padrão até hoje se inspira nos usos dos portugueses – o que é um rematado absurdo sob todos os pontos de vista –, existe o patrulhamento e a repressão injustificada contra tais usos. (BAGNO, 2011, p. 121)

Outras variações, porém, são comuns mesmo entre pessoas de boa situação socio-cultural.

²⁰ Atente-se para o fato de que a classificação dos pronomes pessoais “do caso reto” ou “do caso oblíquo” é feita em relação a sua função sintática e não em relação a sua forma. Ou seja: o pronome pessoal do caso reto é o que funciona como sujeito e o pronome pessoal do caso oblíquo é exatamente o que não funciona como sujeito. Portanto, o pronome “ele” e suas flexões (eles, ela, elas) pode funcionar como sujeito ou não, assim como os demais, exceto “eu”.

18.1. Colocação dos pronomes oblíquos átonos

Colocação do pronome oblíquo no começo da oração: *Me traga um jornal. Me empresta o livro*. Tal uso jamais se encontra no falar português, mesmo entre os indivíduos de menor cultura. Para essa tendência concorre, sem dúvida alguma, o fato de ser o pronome totalmente átono para os portugueses (*m', t', s', lh'*) e tônico para os brasileiros (*mi, ti, si, lhi*), de modo que entre nós pode formar uma sílaba por vezes mais forte do que o verbo (*mi vende, mi traz*), enquanto que em Portugal ele vive na dependência da tonicidade verbal (*venda-m', traga-m'*).

Sobre a colocação dos pronomes oblíquos no português brasileiro, além de registrem que “No português brasileiro, a regra geral é a próclise” e que “o clítico aparece junto ao verbo temático”, Charlotte Galves e Maria Bernadete Marques Abaure lembram que

O português brasileiro distingue-se, também, das outras línguas românicas, em particular do português europeu, por um outro aspecto, o quase desaparecimento do clítico *o/a*, também visível na total ausência das sequências *lha(s)/lho(s)*. O paradigma dos clíticos é, assim, praticamente reduzido às formas ambíguas quanto à função e ao caso que lhes é associado (*me, te, se, lhe*): essas formas podem ser objeto direto (acusativo) ou indireto (dativo). Tal ambiguidade, que aparece também nas outras línguas românicas na primeira e segunda pessoas, estende-se no português brasileiro à terceira, onde *lhe*, em certos dialetos, pode ser interpretado como um objeto direto: “*Eu lhe vi*”. O que tende a desaparecer no português brasileiro é, portanto, o clítico puramente acusativo (*o/a*), que é também aquele menos tônico. (GALVES & ABAURE, 2002, p. 289)

As professoras Charlotte Galves e Maria Bernadete Marques Abaure concluem que

Sem perder de vista a importância de uma investigação diacrônica, que integre considerações de ordem sintático-fonológica, na busca de uma explicação para a mudança da posição dos clíticos em português brasileiro e para a predominância das construções proclíticas no estágio atual da língua, deve-se ter presente que, do ponto de vista sincrônico, condicionamentos de ordem sintática, de ordem rítmica e de ordem sociolinguística e estilística interagem dinamicamente, determinando a opção por estruturas específicas. (*Idem, ibidem*, p. 304)

João Ribeiro encontrava para isso também uma razão sentimental: *Traga-me, venda-me*, dizia ele, é uma ordem, soa com arrogância; *me traz, me vende*, é um pedido, traduz ternura.

18.2. Uso do gerúndio pelo infinitivo regido pela preposição *a*

6) O português usa o infinitivo regido de *a* nas construções em que o brasileiro prefere o gerúndio: *O navio está a chegar*, dirá um português; *O navio está chegando!* exclamará um brasileiro²¹.

²¹ “No português brasileiro falado mais espontâneo, inclusive por pessoas altamente letradas de determinadas regiões (Minas Geais, por exemplo), a terminação *-ndo*, característica do gerúndio, se reduziu a *-no*: *falano, correno, comeno, dormino* etc. Ocorreu aqui a assimilação do [d] pelo [n] subsequente. São duas consoantes dentais, de articulação muito próxima, facilmente assimiláveis. O *-ndo* deve ter passado por um primeiro estágio *-nno*, logo simplificado em *-no*. [...] Essa mesma explicação serve para pronúncias comuns como com *tamém* por *também*: assim como [n] e [d] têm articulação próxima, [m] e [b] são bilabiais, muito predispostas à assimilação.”. (BAGNO, 2011, p. 152)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. [São Paulo]: Publifolha, 2008.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2111.
- _____. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2002.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____; ELIAS, Vanda Maria. *Pequena gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- ESTRABÃO. *Descrição da península Ibérica*. Livro 3º da Geografia de Strabão. Trad.: Gabriel Pereira. Évora: Tipografia de Francisco Cunha Bravo, 1878. Disponível em: <<http://www.bdalentejo.net/BDAObra/BDADigital/Obra.aspx?id=500>>.
- GALVES, Charlotte; ABAURE, Maria Bernadete Marques. Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida. (Orgs.). *Gramática do português falado*, vol. IV: Estudos descritivos. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2002, p. 267-312.
- HORA, Dermeval da; BATTISTI, Elisa. Mudança fônica no português brasileiro: Introdução. In: HORA, Dermeval da; SILVA, Camila Rosa. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*, vol. VIII. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2010, p. 38-44.
- NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. Trad.: Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.
- PERINI, Mário Alberto. *Gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2010.
- RONCARATI, Claudia. Os mostrativos na variedade carioca. In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia (Orgs.). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003, p. 139-158.
- SILVA, José Pereira da. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2010.
- SILVA, Rosa Virgínia Matos e. *Ensaio de sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004a.
- SILVA NETO, Serafim [Pereira] da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil*. 2. ed. aum. e rev. pelo autor. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1963.
- SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. 9. ed. com estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro: Presença, 1983.
- VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves. Exposição da pronúncia normal portuguesa. In: CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Edição anotada por F. de Salles Lencastre, Canto I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.